



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 117

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Natálio Stica</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE DEZEMBRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermes Fonseca, secretariada pelos Srs. Deputados Marcos Isfer e Chico Noroeste.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2160

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do

Paraná, para que através das diretorias das empresas mantenedoras e das respectivas Fundação SANEPAR, Fundação Assistencial e Previdenciária da EMATER, preste as seguintes informações a respeito de investimentos através do Banco Santos:

- as referidas fundações realizaram investimentos através do Banco Santos, seus associados, Banco Panamericano ou na Santos Asset Management?

- Qual o montante investido por cada uma das Fundações?

- Qual o colegiado que decidiu pelo investimento por meio do referido banco, associados ou suas empresas?

- Qual a composição das carteiras de investimentos das fundações? Na composição das carteiras de investimentos das fundações há papéis de quais bancos? Há papéis do Banco Santos e Panamericano?

- As fundações, diretamente ou por meio do banco Santos, investiram em concessionárias de pedágio do Paraná ou outros Estados? Quais as concessionárias e qual o montante?

- As fundações investiram em usinas hidrelétricas, termelétricas ou comercializadoras de energia? Quais as usinas e comercializadoras e qual o montante?

- As mencionadas fundações de funcionários das empresas estatais do Paraná tiveram seus recursos investidos em portos? Quais portos e qual o montante?

- Há outros investimentos do Estado do Paraná no Banco Santos, seus associados ou empresas?

- Qual o prejuízo sofrido pelas Fundações e outras instituições do Estado do Paraná em razão da decretação da intervenção no Banco Central?

- Foi instaurado processo administrativo para apurar as responsabilidades? Quais as conclusões?

Sala das Sessões, em 01.12.2004.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Esse pedido apresenta-se no sentido de ampliar o controle sobre os repasses feitos às já mencionadas entidades.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90, inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Quanto à matéria específica, são controvertidas as informações veiculadas na imprensa e através dos debates na Assembléia Legislativa. É importante que a sociedade paranaense tenha clareza das conseqüências sofridas pelas Fundações dos servidores públicos do Paraná, bem como do Estado em si.

Estas são as razões do pedido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/2003, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 841//2003, que objetiva dar nova redação do artigo 141, inciso VI, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999. (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/2003, de 03.12.2003, em 1ª Discussão)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 239/2003

P A R E C E R :

Trata-se de Projeto de Lei Complementar, apresentado pela Exma. Procuradora-Geral de Justiça, Maria Tereza Uile Gomes, objetivando alterar a redação do inciso VI do artigo 141 da Lei Complementar nº 85/1999, que estabelece a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

A atual é a seguinte:

Art. 141 - Os membros do Ministério Público farão jus, ainda, às seguintes vantagens:

VI - gratificação de direção correspondente a dez por cento do subsídio do respectivo cargo, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Sub-Procurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, ao Sub-Procurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos e ao Corregedor-Geral do Ministério Público; e, correspondente a cinco por cento do subsídio do respectivo cargo, ao Sub-Corregedor-Geral do Ministério Público;

Já a pretendida é a seguinte:

Art. 141 - Os membros do Ministério Público farão jus, ainda, às seguintes vantagens:

VI - gratificação de direção, correspondente a dez por cento do subsídio do respectivo cargo, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Sub-Procurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, ao Sub-Procurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, ao Sub-Corregedor do Ministério Público e ao Diretor-Secretário da Procuradoria-Geral de Justiça;

Pragmaticamente, portanto, a pretensão é de elevação da gratificação de direção paga ao Sub-Corregedor-Geral do Ministério Público, de 5% para 10%, bem

como de extensão dessa gratificação ao Diretor-Secretário da Procuradoria-Geral de Justiça.

Preliminarmente, há que se ressaltar que a Constituição Federal estabelece como princípio institucional do Ministério Público a independência funcional, assegurando expressamente ao *parquet* autonomia funcional e administrativa.

Segundo o artigo 127, parágrafo 2º da Carta Magna, pode o Ministério Público propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. Sendo assim, compete ao Ministério Público, efetivamente, propor ao Legislativo a política remuneratória de seus agentes.

Logo, sob aspecto formal, não há qualquer óbice oponível à regular tramitação da proposição, apresentada pela autoridade constitucionalmente legitimada a disparar o devido processo legiferante nesta Assembléia Legislativa.

Também a pretensão legislativa observa os termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo acompanhada de estudo elaborado com essa finalidade, de que se infere que o impacto financeiro da medida pretendida será de 0,0173%, sobre a folha de pagamento de pessoal, ou de 0,00029% sobre a despesa total com pessoal da Instituição, tendo ainda a respectiva despesa previsão na Lei Orçamentária Anual.

Da justificativa apresentada com a proposição infere-se que uma de suas razões é evitar que na prática o Promotor de Justiça substituto de segundo grau ocupante do cargo de assessor do Corregedor-Geral do Ministério Público, que recebe 10% do subsídio do respectivo cargo a título de gratificação de assessoramento superior (cf. inciso VII, do citado artigo 141), tenha remuneração superior ao do procurador de Justiça, Sub-Corregedor-Geral (cujas gratificação, como visto, é de 5% do subsídio do respectivo cargo), o que não se coaduna com a estrutura em carreira dos cargos do Ministério Público.

O argumento, *data máxima venia*, não se justifica, posto que a gratificação é pelo exercício do cargo de direção, e não pela condição originária de substituto ou titular do agente ministerial. Mas isso é de pouca importância.

O que realmente importa é que, de fato, trata-se de gratificação de direção, e que tanto o Procurador-Geral de Justiça, como o Sub-Procurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Corregedor-Geral do Ministério Público, o Sub-Corregedor-Geral do Ministério Público e o Diretor-Secretário da Procuradoria-Geral de Justiça exercem cargos de direção.

Dispõe a Lei Complementar nº 85/99:

Art. 37 - O Corregedor-Geral do Ministério Público indicará um procurador de Justiça para função de sub-corregedor, que será designado pelo Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo Único - Ao Sub-Corregedor-Geral do Ministério Público incumbe:

I - substituir o Corregedor-Geral em suas faltas ou impedimentos;

II - realizar correições e inspeções nas Procuradorias e Promotorias de Justiça;

III - coordenar os serviços de assessoramento dos Promotores da Corregedoria-Geral;

IV - supervisionar os serviços administrativos da Corregedoria-Geral;

V - elaborar a escala de férias dos Promotores da Corregedoria-Geral;

VI - exercer outras atribuições por delegação do Corregedor-Geral do Ministério Público.

...

Art. 71 - A Secretaria da Procuradoria-Geral será dirigida por membro do Ministério Público, em exercício, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhe a supervisão dos serviços administrativos.

Parágrafo Único - No exercício de suas atribuições, incumbe ao secretário:

I - assistir e assessorar o Procurador-Geral de Justiça em sua atividade social e administrativa;

II - dirigir os serviços da Secretaria, cabendo-lhe:

1 - despachar e expediente da Secretaria;

2 - preparar o expediente para despacho do Procurador-Geral de Justiça;

3 - efetuar comunicados administrativos aos membros do Ministério Público;

III - executar outras tarefas administrativas.

Na realidade, a Secretaria da Procuradoria-Geral não se caracteriza como órgão de administração ou ainda como órgão de execução do Ministério Público, mas como órgão auxiliar.

Contudo, o agente ministerial diretor da Secretaria certamente exerce atividade de direção, justificando-se, portanto, a percepção da gratificação correspondente.

Por fim, tem-se que a equiparação pretendida, para padronização da gratificação em idêntico percentual, é justificada com base no princípio da isonomia, sendo, desse modo, axiologicamente adequada e harmonizando-se com o princípio constitucional implícito de razoabilidade.

Sendo assim, o voto submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão é favorável à proposição, para que tramite regularmente o respectivo processo legiferante pela Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 239/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 239/2003, de autoria do Ministério Público, objetiva dar nova redação ao artigo 141, inciso VI, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 (Lei Orgânica do Ministério Público do Paraná).

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à tramitação da matéria.

O projeto de lei está acompanhado dos relatórios de impacto exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo ao princípio da autonomia administrativa e financeira inerente ao exercício das atividades do Ministério Público.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 239/2003, na forma da emenda anexa, destinada apenas a corrigir a técnica legislativa, na forma da Lei Complementar nº 95/98.

Sala das Comissões, 01.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 239/2003

O artigo 2º do Projeto de Lei Complementar nº 239/2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 01.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o trecho da rodovia que liga Santa Tereza do Oeste a Luz Marina, Município de São Pedro do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. (Publ. no DA nº 50/2004, de 02/06/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 222/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, que objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho da rodovia que liga Santa Tereza do Oeste a Luz Marina, Município de São Pedro do Iguaçu.

Fundamentação

Chamada a opinar a Comissão de Constituição e Justiça percebe que na justificativa do autor, a existência de preocupação com a melhoria do tráfego e escoamento da produção agropecuária na rodovia citada.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 222/2004, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 222/2004

P A R E C E R :

O projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho da rodovia que liga Santa Tereza do Oeste a Luz Marina, Município de São Pedro do Iguaçu.

Chamada a manifestar-se a respeito do Projeto de Lei nº 222/2004, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho da rodovia que liga Santa Tereza do Oeste a Luz Marina, Município de São Pedro do Iguaçu, esta Comissão apresenta parecer favorável ao mesmo.

Tendo em vista que o projeto de lei trata de uma rodovia importante, utilizada para o escoamento da produção, consideramos necessário para o desenvolvimento da região que o referido trecho seja estadualizado, uma vez que os Municípios não vêm tendo condições de preservar e manter aquela via nas melhores condições de trafegabilidade.

Favorável é o parecer.

Sala das Sessões, em 30.11.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Em votação:

A SRA. ELZA CORREIA (Para Discutir)

Evidentemente que hoje, estamos discutindo a legalidade e a constitucionalidade e o Deputado Duílio Genari, meu querido amigo, sabe do respeito, carinho e consideração que tenho por V. Exa., mas, na Comissão de Justiça, os projetos dessa natureza, que eram para estadualizar estradas, rodovias municipais, eu sempre me posicionava contrariamente porque, na minha avaliação, não podemos estadualizar as estradas municipais, porque se a “moda pega” o Estado fica com uma responsabilidade enorme do ponto de vista econômico.

Eu queria me desculpar com o meu querido companheiro Duílio Genari, mas, por uma questão de coerência, não votarei favoravelmente a esse projeto e explico as razões.

Não queria, simplesmente, levantar e votar contrariamente para não ser indelicada, mas, realmente, tenho muita preocupação quanto à estadualização das rodovias municipais. Abre, na minha avaliação, um grave precedente.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria que considerasse meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)

Continua a Discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado** o item 02, com voto contrário da Deputada Elza Correia.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que institui no calendário oficial de eventos do Estado a Festa da Uva de Mariópolis, que se realiza na 2ª quinzena do mês de janeiro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CT. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 71/2004, de 17/08/2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 314/2004

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 314/2004, de iniciativa do Sr. Deputado Estadual Augustinho Zucchi, tem por escopo instituir no calendário oficial de eventos do Estado a Festa da Uva de Mariópolis.

Fundamentação

Chamada esta Comissão de Constituição a manifestar-se com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto busca valorizar a região de Mariópolis, sudoeste do Paraná, levando ao conhecimento de todo o Estado o acontecimento regional tão relevante e que acaba por gerar um aumento significativo no comércio daquela localidade.

Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 314/2004, por não encontrar vício de competência quanto à iniciativa nem tão pouco qualquer embaraço jurídico impeditivo.

Sala das Comissões, em 09.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 314/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Augustinho Zucchi, institui no calendário oficial de eventos do Estado a Festa da Uva de Mariópolis, que se realiza na segunda quinzena do mês de janeiro.

Sobre a matéria podemos observar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Turismo, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, verificamos conforme consta na justificativa do projeto em tela, que o evento da Festa da Uva faz com que as outras regiões possam conhecer melhor a região Sudoeste, e conseqüentemente, gerar um aumento significativo no comércio.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso parecer favorável.

Sala das Sessões, em 29.11.2004.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 355/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º do Decreto nº 26.086, de 23 de outubro de 1959, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira Cultural e Caritativa São José. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 85/2004, de 05/10/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 355/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, altera o artigo 1º do Decreto nº 26.086, de 23 de outubro de 1959, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira Cultural e Caritativa São José.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 355/2004

Art. 1º - Fica alterada a denominação da entidade Sociedade Cultural e Caritativa São José, declarada de Utilidade Pública pelo Decreto nº 26.086, de 23 de outubro de 1959, para Associação Cultural São José.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar trecho da rodovia municipal em Lupionópolis. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. (Publ. no DA nº 099/2004, de 09/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 403/2004

P A R E C E R :**Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, objetiva autorizar o Poder Executivo a

estadualizar o trecho da rodovia municipal do Município de Lupionópolis.

Fundamentação

Chamada a opinar, a Comissão de Constituição e Justiça encontrou na justificativa do autor, solicitação do Prefeito eleito do Município de Lupionópolis, José Carlos Tibério, preocupado com a conservação do trecho, que possui tráfego de veículos intenso e em fase de expansão, rodovia esta que liga a região paranaense ao Estado de São Paulo.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 403/2004, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Sala das Comissões, em 16.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

P A R E C E R :

Chamada a manifestar-se a respeito do Projeto de Lei nº 403/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar trecho de rodovia municipal em Lupionópolis, esta Comissão apresenta parecer favorável ao mesmo.

O projeto de lei trata de uma rodovia localizada no Município de Lupionópolis, que serve de ligação entre a região e o Estado de São Paulo. Em razão de sua importância para o desenvolvimento regional, consideramos necessária a sua estadualização, para que o Estado possa assumir a administração e conservação da mesma.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Em votação.

A SRA. ELZA CORREIA (Para Discutir)

Da mesma forma em relação ao projeto anterior, mais um projeto, que na minha avaliação, contém irregularidade e inconstitucionalidade. Não podemos estadualizar rodovias municipais.

Portanto, da mesma maneira que votei contra o projeto do meu querido companheiro Duílio genari, voto contra o projeto do companheiro Geraldo Cartário, porque vai na mesma direção.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Fonseca)

Em votação. **Aprovado**, com voto contrário da Deputada Elza Correia.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/2004, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que denomina Olívio

Zanella, a rodovia federal BR-373, no trecho compreendido entre o Município de Cândói e o trevo de acesso a Coronel Vivida. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2004, de 16/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 410/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 410/2004, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Ademar Traiano, tem por desígnio denominar Olívio Zanella, a rodovia federal BR-373, no trecho compreendido entre o Município de Cândói/PR e o trevo de acesso à cidade de Coronel Vivida/PR.

Com efeito, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida mensagem, ficando defesa a análise do seu mérito.

Diante da situação ora gizada, vislumbramos a existência de Convênio de Delegação sob nº 01/98, firmado entre a União Federal e o Estado do Paraná, no qual este deve arcar com o ônus da conservação desta artéria.

Neste sentido, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, obste a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 30.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Só gostaria de registrar a presença, neste Plenário, dos nossos companheiros da cidade de Ourizona, Sueli Mullati, eleita Vereadora; a Natalina Panine, e também o Vereador reeleito Laércio Trevisan, o Branco, nosso companheiro de Partido que nos honra com a sua presença.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Fonseca**)

Pediremos ao Sr. 2º Secretário que registre em Ata o pedido de V. Exa.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2160, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 002, 050, 057, 068, 073, 076, 074, 081 e 082/2004.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 239/2003 e do de Lei nº 373/2004.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 299/2004.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 733/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/2004 e do Projeto de Lei Complementar nº 239/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 246, 589 e 715/2003; 222, 229, 314, 355, 369, 374, 388, 396, 403 e 410/2004; e do Projeto de Lei Complementar nº 279/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 626/2003; 219, 295, 301, 302 e 390/2004.

Levanta-se a Sessão.